

# SUMÁRIO

CRC-SP  
*Fiscal*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e Interpretação de Textos: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	5
Funções e Figuras de linguagem.....	14
Denotação e conotação. Significação das palavras: sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia e polissemia.....	21
Análise Linguística e Semântica: Domínio da ortografia oficial.....	28
Emprego das classes de palavras.....	37
Colocação dos pronomes átonos e tônicos.....	48
Estruturação Textual: Domínio dos mecanismos de coesão textual: Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.....	50
Emprego de tempos e modos verbais.....	53
Sintaxe: Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	55
Concordância verbal e nominal.....	63
Regência verbal e nominal.....	65
Emprego do sinal indicativo de crase.....	67
Emprego dos sinais de pontuação.....	69
Reescrita e Produção Textual: Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	73
Redação Oficial: Aspectos gerais da redação oficial. Características fundamentais da redação oficial. Padrões de redação oficial. Emprego e concordância dos pronomes de tratamento.....	75
Questões.....	89
Gabarito.....	103

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

## RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Matemática básica e operações: conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais e reais) e operações com conjuntos .....	1
Razões e proporções .....	18
Regras de três simples e compostas .....	20
Funções e equações de 1º e 2º graus .....	22
Progressões aritméticas e geométricas .....	32
Análise combinatória e probabilidade: princípios de contagem. Arranjos e permutações .....	36
Raciocínio lógico: compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação (analogias, inferências, deduções e conclusões). Formação de conceitos e discriminação de elementos .....	42
Diagramas lógicos .....	55
Compreensão e análise da lógica de uma situação. Raciocínio analítico e espacial: raciocínio verbal .....	58
Raciocínio matemático .....	67
Raciocínio sequencial. Orientação espacial e temporal .....	75
Estatística e análise de dados: estatística básica (média, moda, mediana, desvio padrão) análise e interpretação de gráficos e tabelas .....	80
Noções de matemática financeira: porcentagem. Juros simples e compostos. Desconto. Taxas .....	92
Questões .....	97
Gabarito .....	105

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos fundamentais de informática: Tipos de computadores. Conceitos de hardware e software. Instalação de periféricos .....	1
Aplicativos de escritório: Edição de textos, planilhas e apresentações no ambiente Microsoft Office 365 .....	8
Utilização de ferramentas modernas como Microsoft Teams e Google Meet .....	16
Sistemas Operacionais: Noções de sistema operacional (ambiente Windows 10 e Windows 11). Organização e Gerenciamento de informações: Gerenciamento de arquivos, pastas e programas .....	25
Redes de Computadores: Conceitos básicos de redes. Ferramentas e aplicativos de Internet e intranet. Navegadores e programas de navegação: Mozilla, Firefox e Google Chrome. Pesquisa na Internet: Sítios de busca e pesquisa na Internet .....	55
Correio eletrônico: Uso do programa MS Outlook .....	61
Segurança da informação: Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware) .....	66
Procedimentos de backup: Noções de backup de dados e arquivos .....	74
Questões .....	76
Gabarito .....	82

# SUMÁRIO

## LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ética no setor público: ética e função pública; ética no setor público; código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal (decreto nº 1.171/1994) ..	1
Princípios da administração pública .....	6
Improbidade administrativa: lei nº 8.429/1992 E suas alterações; medidas contra atos de improbidade administrativa; tipos de improbidade administrativa; sanções aplicáveis aos agentes públicos .....	9
Processo administrativo: lei nº 9.784/1999 E suas alterações; princípios e fases do processo administrativo; direitos e deveres dos administrados .....	35
Transparência e acesso à informação: lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso à informação - lai); decreto nº 7.724/2012 (Regulamenta a lai); classificação de informações; procedimentos de acesso à informação.....	52
Proteção de dados pessoais: lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais - lgpd); princípios e direitos do titular de dados; tratamento de dados pessoais pelo poder público; responsabilidades e sanções administrativas.....	85
Legislação anticorrupção: lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção); responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas; acordos de leniência.....	113
Questões .....	119
Gabarito.....	123

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei nº 12.249/2010 (altera o Decreto-lei nº 9.295/1946) .....	1
Decreto-lei nº 9.295/1946 (criação do Conselho Federal de Contabilidade e prerrogativas dos CRCs, Exame de Suficiência).....	41
Resolução CFC nº 1.523/2017 (Código de Conduta Conselheiros, Colaboradores e Funcionários).....	47
Resolução CRC-SP nº 1.093/2011 (Regimento Interno do CRC-SP).....	54
Questões .....	54
Gabarito.....	57

## LEGISLAÇÃO

Constituição federal de 1988 (Título I; Título II - Capítulo I; Título III - Capítulo VII; Título IV - Capítulo I - Seção IX).....	1
Lei nº 10.303/2001 .....	24
Lei complementar nº 123/2006.....	40
Lei nº 14.133/2021 .....	98
Lei nº 4.320/1964 .....	172
Lei complementar nº 101/2000.....	189

# SUMÁRIO

Lei nº 11.941/2009.....	216
Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC PG 01 .....	246
NBC PG 12 (R4).....	251
NBC PA.....	256
NBC PP .....	256
NBC TG 26 .....	257
NBC TG 100; NBC TG 1001 .....	284
NBC TG 1002 .....	284
NBC ITG 2000 .....	300
Questões .....	303
Gabarito.....	308

## ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

Orçamento público: disposições constitucionais .....	1
Plano plurianual; lei de diretrizes orçamentárias; lei orçamentária anual .....	11
Princípios orçamentários .....	14
Processo orçamentário.....	22
Estrutura do orçamento público; classificação funcional programática.....	23
Receita e despesa pública: disposições constitucionais; classificação; estágios; programação e execução orçamentária e financeira: exercício financeiro; créditos adicionais; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores; descentralização de créditos; suprimento de fundos; programação e execução orçamentária; contingenciamentos ..	31
A qualidade da informação da contabilidade pública no brasil.....	41
Características peculiares do sistema brasileiro .....	46
O patrimônio público.....	50
Sistema orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação .....	52
A natureza da receita e da despesa públicas no modelo contábil brasileiro e seus estágios .....	57
Regimes contábeis .....	63
Balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstração das variações patrimoniais .....	64
Relatórios e demais controles estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal .....	67
Manual de contabilidade aplicada ao setor público (mcasp).....	74
Questões .....	74
Gabarito.....	78

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO

## CONTABILIDADE GERAL

Campo de atuação; objeto da contabilidade .....	1
O patrimônio: estrutura e variação; registros contábeis; despesas e receitas .....	2
Plano de contas .....	2
Operações com mercadorias e controle de estoques .....	9
Demonstrações contábeis: balanço patrimonial; demonstração de resultados do exercício; demonstração dos fluxos de caixa; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do valor adicionado; análise da demonstração do valor adicionado (dva); análise da demonstração dos fluxos de caixa .....	11
Análise de demonstrações financeiras: conceitos e objetivos da análise de demonstrações financeiras; análise vertical e horizontal .....	24
Análise por meio de índices: índices de liquidez; índices de endividamento; índices de rentabilidade; índices de atividade .....	36
Análise do capital de giro .....	40
Alavancagem financeira e operacional .....	43
Análise do ebitda e ebit .....	47
Técnicas avançadas de análise financeira .....	50
Indicadores econômicos e financeiros .....	54
Adequação às ifrs .....	58
Pronunciamentos do cpc .....	66
Questões .....	70
Gabarito .....	73

## AUDITORIA

Conceitos, princípios, origens e classificações .....	1
Papéis de trabalho: conceito. Pontos essenciais dos papéis de trabalho. Técnicas de elaboração e arquivamento dos papéis de trabalho. Revisão dos papéis de trabalho. Programa de trabalho. Responsabilidade profissional pela guarda dos papéis de trabalho .....	7
Testes e procedimentos de auditoria: conceito, modalidades e execução .....	15
Revisão analítica: conceito e modalidades .....	21
Amostragem estatística: conceitos, tipos, processos de seleção e testes, níveis de representatividade .....	26
Tipos de auditoria .....	34
Auditoria operacional: avaliação dos controles gerenciais, revisão e validação dos ciclos operacionais, verificação de normas e procedimentos agregados à operação .....	35
Técnicas de auditoria analítica: estudo de casos de aplicação do método de fluxograma adaptado à auditoria analítica .....	39
Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna (cfc) .....	44

# SUMÁRIO



Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria interna (the iia/instituto dos auditores internos do brasil – iia brasil): definição de auditoria interna. Normas de atributo. Normas de desempenho. Glossário .....	50
Normas técnicas para o exercício da atividade de auditoria interna governamental .....	56
Auditoria interna: conceitos, objetivos, riscos e controles internos .....	63
Planejamento de auditoria .....	68
Técnicas e procedimentos de auditoria .....	69
Evidências de auditoria .....	79
Relatórios de auditoria .....	80
Questões .....	85
Gabarito .....	89

## PERÍCIA

Conceito, objetivos e espécies de perícia contábil .....	1
Normas brasileiras de perícia contábil .....	3
Planejamento e execução de perícias .....	10
Procedimentos e técnicas periciais .....	13
Laudo pericial contábil .....	16
Responsabilidades do perito-contador .....	19
Questões .....	22
Gabarito .....	25

# SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### — Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

### A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

### A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

– **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.



O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves  $\{\}$ . Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo:  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$ .

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

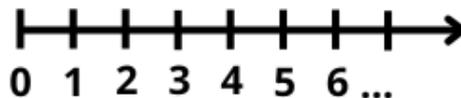
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $N^* = N - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in N$ : conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in N$ : conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$ : conjunto dos números naturais primos.



### Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

#### Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo:  $6 + 4 = 10$ , onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

#### Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando  $a - b$  tal que  $a \geq b$ .

Exemplo:  $200 - 193 = 7$ , onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

#### Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo:  $3 \times 5 = 15$ , onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.



A história da informática é marcada por uma evolução constante e revolucionária, que transformou a maneira como vivemos e trabalhamos. Desde os primeiros dispositivos de cálculo, como o ábaco, até os modernos computadores e dispositivos móveis, a informática tem sido uma força motriz no avanço da sociedade.

No século 17, Blaise Pascal inventou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas, capaz de realizar adições e subtrações. Mais tarde, no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, considerada o precursor dos computadores modernos, e Ada Lovelace, reconhecida como a primeira programadora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser processado por uma máquina.

O século 20 testemunhou o nascimento dos primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que utilizava válvulas e era capaz de realizar milhares de cálculos por segundo. A invenção do transistor e dos circuitos integrados levou a computadores cada vez menores e mais poderosos, culminando na era dos microprocessadores e na explosão da computação pessoal.

Hoje, a informática está em todo lugar, desde smartphones até sistemas de inteligência artificial, e continua a ser um campo de rápido desenvolvimento e inovação.

## CONCEITOS BÁSICOS

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

**Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

## TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer<sup>1</sup>.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de ética” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)<sup>2</sup>.

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/94<sup>3</sup>, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992<sup>4</sup>, é dividida em três seções:

“I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito”;

II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos<sup>5</sup>.

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021<sup>6</sup>, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

1 CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. *ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército, 2018.*

2 BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. *Noções de ética no serviço público. Editora Jus Podivm, 2014.*

3 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm).

4 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm).

5 *Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).*

6 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1).

**LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010.**

Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei no 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DO REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE - REPENEC**

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei. (Vide Decreto nº 7.320, de 2010) (Vide Lei Complementar nº 214, de 2025) Produção de efeitos

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o caput.

Art. 2º É beneficiária do Repenec a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e uréia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado. (Vide Decreto nº 7.320, de 2010) (Vide Lei Complementar nº 214, de 2025) Produção de efeitos

§ 1º Compete ao Ministério de Minas e Energia a aprovação de projeto e a definição, em portaria, dos projetos que se enquadram nas disposições do caput.

§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do art. 10 da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao Repenec.



## DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

### Forma, Sistema e Fundamentos da República

#### – Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

#### – Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

#### – Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

#### – Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

#### – Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

#### – Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## TÍTULO I

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.



## – Orçamento

Diante das contínuas transformações econômico-sociais que têm afetado a sociedade brasileira, é evidente que a administração pública não permaneceu inerte diante desse processo.

Ao acompanhar a evolução do desenvolvimento social, é perceptível que um dos instrumentos públicos que passou por significativas mudanças ao longo dos anos é o Orçamento Público. De uma simples peça formal, utilizada para controlar os gastos do governo, ele se transformou em um processo sistemático que abrange desde a elaboração do orçamento - com alocações destinadas a atender as necessidades coletivas - até sua execução dinâmica e o monitoramento dos objetivos e metas estabelecidos. Isso permite avaliar se a administração pública está realmente cumprindo as ações propostas para satisfazer os interesses sociais.

Compreendemos também que o processo orçamentário é fundamentado em princípios constitucionais que buscam direcionar a projeção das receitas e despesas públicas, garantindo que seja realizado de maneira legal, temporal, limitada, específica e exclusiva. Isso evita a alocação excessiva de recursos e possibilita o controle legislativo sobre os gastos públicos.

Desse modo, concluímos, portanto, que o orçamento público é um processo dinâmico que engloba todos os Entes, Órgãos e Poderes, bem como a sociedade, em sua elaboração, execução e acompanhamento. Sua principal finalidade é atender às necessidades sociais, concentrando-se em áreas prioritárias cuja carência de atendimento pode ser identificada por meio do acompanhamento e avaliação das ações propostas no plano de governo.

## CAPÍTULO II DAS FINANÇAS PÚBLICAS

(...)

### SEÇÃO II DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

§4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§5º A lei orçamentária anual compreenderá:



### Conceito

Contabilidade é ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo empresa, organização ou cia). Gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com patrimônio da empresa e auxiliando na tomada de decisões pelos usuários.

### Objetivo

Objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS – prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS – contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES – contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio expor os dados aos usuários ligados a entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos a organização.

### Finalidade

Contabilidade tem finalidade de organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiro é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com atual cenário econômico no mundo, a contabilidade passou a ser importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

### Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequadas para os usuários **internos** e **externos**. Que são:

**Internos** – São aqueles que estão ligados diretamente com empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumenta ou diminuição dos lucros.

- Sócios e proprietários;
- Acionista;
- Empregados;
- Administradores.

**Externos** - Esses usuários costumam analisar qual situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score), se estão em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar.

- Concorrentes;
- Bancos;
- Fornecedores;
- Governo; e
- Investidores.



### FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA AUDITORIA

#### ► Conceito de auditoria segundo as normas brasileiras

A auditoria é uma atividade técnica e sistemática que tem como objetivo a verificação da conformidade de registros, demonstrações financeiras, processos e controles internos com normas, leis, regulamentos e políticas previamente estabelecidas. No Brasil, esse conceito é normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especialmente por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TAs).

Segundo a NBC TA 200, a auditoria é definida como um exame independente das demonstrações contábeis de uma entidade, com o propósito de expressar uma opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, às práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa definição destaca o papel do auditor como profissional independente, cuja atuação busca garantir maior confiabilidade às informações divulgadas pelas empresas e instituições.

Além disso, a auditoria pode ser aplicada em outros contextos além da contabilidade — como auditorias operacionais, de sistemas, ambientais, fiscais, trabalhistas e de desempenho —, mas todas compartilham o mesmo princípio de verificação sistemática com base em critérios objetivos.

#### ► Diferença entre auditoria, perícia e fiscalização

É comum a confusão entre os conceitos de auditoria, perícia e fiscalização. Apesar de possuírem objetivos e metodologias distintas, essas atividades se complementam dentro de um sistema de controle e verificação.

**Auditoria:** Tem caráter preventivo e investigativo. É realizada de forma planejada, com foco na avaliação da integridade e fidedignidade das informações contábeis e operacionais. É frequentemente usada como ferramenta de gestão.

**Perícia contábil:** Está vinculada à resolução de conflitos, geralmente no âmbito judicial. O perito é nomeado para examinar documentos e emitir um laudo técnico que servirá como prova em processos legais.

**Fiscalização:** É uma atividade exercida por órgãos reguladores ou fiscalizadores, com caráter coercitivo. Seu objetivo é assegurar o cumprimento de normas legais, podendo resultar em sanções em caso de irregularidades.

Em resumo, enquanto a auditoria atua de forma independente e sistemática, a fiscalização tem um viés de controle externo com poder sancionador, e a perícia responde a uma demanda específica, geralmente judicial.

#### ► Objetivos principais da auditoria

A auditoria desempenha funções essenciais tanto no setor público quanto no privado. Seus principais objetivos podem ser agrupados em três grandes eixos:

##### **Avaliação da Confiabilidade das Informações**

Um dos pilares da auditoria é garantir que as demonstrações contábeis e financeiras reflitam, com fidedignidade, a situação patrimonial e os resultados da entidade. O auditor verifica se:

Os registros contábeis estão de acordo com as normas vigentes;

As políticas contábeis adotadas são consistentes;

Os dados apresentados nas demonstrações são válidos e suportados por documentação adequada.



## Perícia

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1) - Perícia Contábil, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

Em essência:

- **Natureza:** É uma atividade técnica e científica, que exige do profissional um profundo conhecimento das normas contábeis, legislação aplicável e técnicas de auditoria.

- **Finalidade:** Produzir prova ou fornecer opinião técnica sobre matéria contábil, auxiliando na resolução de disputas ou na comprovação de fatos. Essa prova pode ser utilizada em processos judiciais, arbitrais ou mesmo em negociações extrajudiciais.

- **Metodologia:** Aplica procedimentos específicos (exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação, certificação). Cada procedimento tem sua particularidade e é escolhido conforme a natureza da questão a ser elucidada.

- **Exame:** Análise minuciosa de documentos, livros, registros contábeis e financeiros.

- **Vistoria:** Inspeção in loco de bens, instalações ou operações para verificar sua existência, estado ou conformidade.

- **Indagação:** Obtenção de informações por meio de entrevistas, questionários ou correspondências com pessoas envolvidas ou que possuam conhecimento sobre os fatos.

- **Investigação:** Busca aprofundada de informações e evidências para elucidar fatos obscuros ou suspeitos.

- **Arbitramento:** Determinação de valores ou quantidades com base em critérios técnicos e razoáveis.

- **Mensuração:** Quantificação de ativos, passivos, receitas, despesas e outros elementos patrimoniais.

- **Avaliação:** Determinação do valor justo de um bem, direito ou obrigação.

- **Certificação:** Atestado da veracidade ou conformidade de informações ou documentos.

- **Resultado:** Materializa-se em um Laudo Pericial Contábil (quando realizada por perito nomeado ou escolhido) ou Parecer Pericial Contábil (quando realizada por assistente técnico contratado pela parte). O Laudo é mais abrangente e formal, enquanto o Parecer é mais opinativo e direcionado aos interesses da parte que o contratou.

- **Profissional:** Realizada exclusivamente por Contador em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), com registro no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPIC), demonstrando sua qualificação e habilitação para o exercício da atividade pericial.

É fundamental distinguir o Perito do Juízo (ou Perito Oficial/Árbitro), nomeado pelo juiz ou árbitro e de confiança destes, dos Assistentes Técnicos, que são contratados e indicados pelas partes para acompanhar a perícia e emitir seus pareceres. O Perito do Juízo deve manter sua imparcialidade e independência, enquanto os Assistentes Técnicos atuam na defesa dos interesses de seus contratantes.

### Objetivos da Perícia Contábil

Os objetivos da perícia contábil variam conforme a sua espécie (judicial, extrajudicial, arbitral), mas convergem para a necessidade de esclarecer fatos e fornecer informações técnicas fundamentadas. Os principais objetivos incluem:

- Comprovar a veracidade de registros e demonstrações contábeis em disputas, como em casos de questionamentos sobre a correção de balanços, a distribuição de lucros ou a avaliação de ativos.